

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

TRABALHO DA DISCIPLINA “LEITURAS EM WEBER”

PROFESSOR: RENARDE FREIRE NOBRE

ALUNA: ANA CLOTILDE GONÇALVES DIAS

Introdução

Neste trabalho objetivo caracterizar o tipo político vocacionado delineado por Weber em sua obra “Política como vocação”. Para tanto apresento as dimensões da sociedade em que se justifica este tipo político e a relação do mesmo com o cientista.

O trabalho é composto por três partes: I) *O mundo do político vocacionado* que trata, de maneira sucinta, da sociedade deste tipo político (sociedade moderna) II) *O líder político e seu dever ético* tópico em que esboço as características do político vocacionado e por último III) *O líder político e o cientista* parte em que refiro sinteticamente à relação entre o político e o cientista e suas vocações.

I) O mundo do político vocacionado

Weber pensa a ética de maneira geral com uma resposta às condições da sociedade moderna. Para o autor, esta sociedade está marcada pelo desencantamento do mundo e pela tragicidade. Nela os valores últimos, absolutos e mais sublimes desapareceram da vida pública dando origem ao politeísmo, relativismo, de valores.

Diante de um mundo conformado desta maneira, o homem moderno tem duas opções: adotar uma postura medíocre e superficial, agir sem se preocupar com o sentido de sua ação (nihilismo) ou atuar dignamente enfrentando a tragicidade através da escolha de um “Deus”, um significado ao qual deva servir.

O que acontece com a política no mundo moderno não é diferente. O surgimento do Estado moderno, a emergência da burocracia são sintomas do desencantamento da esfera política. O desenvolvimento da autonomia da esfera política representa a separação entre a ética, especificamente a ética religiosa, e a política em si.

Ao conceituar o Estado e a política modernos, Weber demonstra claramente que nenhum dos dois está a serviço de um fim nobre ou do “Deus cristão”. Segundo o autor, o Estado não pode ser definido em relação a seus fins uma vez que historicamente nunca foi leal a um único fim. O conceito de Estado, pelo contrário, remete a um meio que lhe é exclusivo: a força e a violência.

Destaca-se então, que o Estado além de ser alheio a uma ética e, principalmente à ética da fraternidade, está em conflito com as mesmas pelo fato de usar a violência como instrumento de sua atividade. Sobre isto, Weber afirma:

“As ordens patriarcais do passado baseavam-se nas obrigações pessoais de piedade” mas no Estado Moderno “apesar de todas as políticas de ‘bem estar social’, todo o curso das funções políticas, internas do Estado, da justiça e da administração é regulado repetidamente e inevitavelmente pelo pragmatismo das ‘razões de Estado’. O fim absoluto do Estado é salvaguardar (ou modificar) a distribuição externa e interna de poder; em última análise, essa finalidade deve parecer insensata a qualquer religião universalista de salvação”.(Weber, 1982:233)

A esfera política, desta forma, é potencialmente marcada pela tragédia. Lida com a violência e, além disso, mais do que qualquer outra precisa enfrentar o “paradoxo das conseqüências”. Isto é, não é simples ação fraternal que irá tornar a esfera política mais ética.

Diante deste cenário, Weber questiona se é possível conciliar a política com a ética ou se a ética da política é a mesma que deve ser seguida em qualquer outra esfera.

É pouco provável que a política se “encante” novamente (e penso também que esse nem é mesmo o desejo de Weber). A saída ética na política encontra-se então no comportamento do agente político, o qual deve atuar de maneira específica, seguir uma ética peculiar.

II) O líder político e o seu dever ético

O tema da ética na política e de uma vocação política parecem ter sido estimulados em Weber devido não só a condição geral da política, enquanto esfera racionalizada, mas também pelo próprio contexto alemão.

“A política como vocação” é resultado de uma conferência dada por Weber em Munique de 1919. Nesta época, a Alemanha passava por sérias dificuldades devido à guerra e seu quadro político estava conturbado. De um lado se encontravam os bolcheviques que tinham a convicção de que o futuro da Alemanha dependia de uma revolução e de outro, os pacifistas “que acreditavam piamente que a guerra e a revolução poderiam ser substituídas pelo amor e pela humildade.” (Diggins, 1999:297) Para Weber, nenhum destes dois comportamentos era o comportamento de um político ético, vocacionado.

O político vocacionado, representado pelo líder político, caracteriza-se por apresentar três características decisivas: “paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções.” (Weber, 1982:80)

A paixão significa dedicação a uma causa, ter uma postura partidária, enfrentar a política como uma missão. Segundo Weber, o político pode atuar de duas maneiras, “viver da política” ou “viver para a política”. A primeira ocorre quando a política é a fonte de sobrevivência do indivíduo. Já a segunda quando a pessoa se entrega à política independente do ganho financeiro. Weber destaca que “viver da política” e “viver para a política” não são realidades contraditórias, porque se o fossem só seriam políticos aqueles que não precisam trabalhar.

A questão que Weber procura dar importância é que o líder político, político vocacionado, não é um mero interesseiro que justifica sua profissão pelo alto rendimento ou pelo privilégio do poder. Em relação àqueles que usam a política somente para beneficiar-se do gozo do poder, ele afirma:

“O político do poder pode conseguir efeitos fortes, mas na realidade seu trabalho não leva a parte alguma e não tem sentido (...) Os críticos da política do poder estão absolutamente certos. Do súbito colapso interno dos representantes típicos desta mentalidade, podemos ver a fraqueza e impotência íntimas que se escondem atrás deste gesto jactancioso, mas totalmente vazio. É um produto de uma atividade *blasé* para com o significado da conduta humana, e não tem qualquer relação com o conhecimento da tragédia a que qualquer ação, e especialmente a ação política, está intimamente ligada.” (weber,1982:81)

Agir apaixonadamente desta forma significa eleger a política como um “Deus”, atribuir-lhe dedicação, e tomar decisões, de forma subjetiva, isto é levando em conta os

valores. Weber explica que diferentemente do burocrata cuja vocação é obedecer as regras como se fossem seus princípios, o político é o sujeito que cria as regras usando como medida a sua convicção.

É importante frisar, no entanto, que o político vocacionado deve ser tanto apaixonado como responsável. O verdadeiro líder político responde pelas suas ações, preocupa-se com as consequências previsíveis de seus atos.

O líder político é responsável e não segue simplesmente a ética dos fins últimos. A responsabilidade exige ir além da impressão deixada pelos fatos e da máxima maquiaveliana de que os fins justificam os meios.

De acordo com Weber é pelo fato de que o político vocacionado não poder basear suas ações em um sentido absoluto é que a ética política não se confunde com a ética da fraternidade¹. Sobre a última weber informa:

“No sermão da montanha vemos a ética absoluta do evangelho, que é uma questão mais séria do que acreditam as pessoas que gostam de citar hoje tais mandamentos. Esta ética não é brincadeira (...) não é um carro que podemos parar à vontade, é tudo ou nada”.(Weber,1982:83)

A ética da fraternidade é aquela que prega um sentido absoluto da vida (a verdade, o amor e a paz) de maneira incondicional sem se preocupar com as circunstâncias ou com o corolário desta postura.

No que tange a responsabilidade podem ser agregados tanto o “santo” como o bolchevique e o pacifista. De acordo com Weber, ao atuarem como políticos estes não passam de ditadores que não são capazes de olhar criticamente para a sua realidade.

¹ Outro motivo pelo qual a ética da política não se confunde com a ética da fraternidade está no fato de a política utiliza a violência como instrumento de sua ação.

O político vocacionado, responsável, está sempre atento a dois fatores: ao paradoxo das consequências e às deficiências médias dos homens. Ele é consciente da intensidade da tragédia da política, esfera na qual é mais comum que consequências más advenham de boas intenções. E, além disso, crítico em relação àqueles que acreditam que o funcionamento da política depende de indivíduos virtuosos.

A responsabilidade, desta forma, depende da terceira característica que Weber enumera como sendo essencial para o político vocacionado, o senso de proporção. Este senso determina um distanciamento das coisas e das pessoas, possibilitando ao político ter uma perspectiva do mundo em que atua.

Enfim o político vocacionado de Weber é o homem que se dedica à política como objetivo de sua vida “considerando que a sua escolha pela atividade implica a renúncia ao usufruto dos benefícios trazidos pela dedicação a outras esferas”. (Rezende, 2005:11) Ele é o sujeito que experimenta o caráter trágico da vida moderna.

O político vocacionado sabe como nenhum outro equilibrar convicção e sucesso (eficiência). Ele não pode ser confundido com o “político dos princípios” ou com o mero “político dos resultados”. Ou seja, como afirma Teixeira:

“Weber conclui ser a demanda específica da política justamente o desenvolvimento da capacidade de ponderar, de manter certo equilíbrio entre paixão e perspectiva entre o desejável e o possível. O verdadeiro político de vocação, seria portanto o político responsável. Aquele político capaz de sacrificar algumas de suas convicções, se assim o contexto exigir, mas que em determinado momento, no limite de seus princípios, pode vir a dizer: “Eis-me aqui, não posso fazer de outro modo” (weber,1974:151). Na verdade, na ação política não estão apenas em jogo o poder ou a paz e a satisfação individual - embora

estes existam - mas sim esforços responsáveis por uma causa que apesar de transcendente ao indivíduo, requer convicções pessoais.” (Teixeira: in Atualidade de Max Weber p.361)

O político de vocação deve compatibilizar dois elementos que são, à primeira vista, irreconciliáveis, crença e pragmatismo. Não deve simplesmente se comportar como o “demasiado estúpido” ou o “demasiado mesquinho”.

É esta postura política que dará sentido à esfera política racionalizada e pautada pela impessoalidade e conferirá ao político integridade diante do mundo moderno, marcado pelo politeísmo de valores.

Mas adotar tal postura política não é uma tarefa fácil. Como afirma Weber, o político vocacionado não deve ser apenas um líder, “mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra” (Weber,1982:89)

III) O político e o cientista

O objetivo deste tópico, como já foi dito, é fazer uma comparação sintética entre a vocação do político e a vocação do cientista a fim de tornar mais clara a primeira.

A política e a ciência são esferas que possuem elementos em comum: ambas são racionalizadas e autônomas, isto é, não possuem relação com nenhuma ética, inclusive com a ética religiosa. Tanto o político como o cientista são homens que experimenta o aspecto trágico da vida ao eleger seu “Deus”, sua profissão como uma missão. Mas, apesar disto, a ética do político não é mesma ética do cientista.

Ao eleger a ciência como uma missão, o cientista estabelece um compromisso com a verdade empiricamente comprovada. A integridade do cientista consiste em cultivar essa verdade como um “valor” para si. Dessa maneira, o cientista não cria valores, mas apenas elege a verdade científica como um valor pessoal.

O político, em contraste com o cientista, é responsável pela elaboração de princípios-guia da ação. Ele age informado não só pelo seu conhecimento da realidade, mas de acordo com sua consciência, subjetividade. E ao fazer isto ele sugere que agir desta ou de determinada maneira implica uma conduta moral.

Como afirma Jessé Souza o político vocacionado é um “especialista com espírito”. Ele não é apenas um homem que conhece o Estado e o campo político de maneira geral, mas alguém que acredita que o mundo deve ser conformado de certo modo, embora seja capaz de ponderar essa visão. O papel do cientista então é restringido no que tange à elaboração de juízos de valor. Neste sentido, ele não deve invadir o campo do político.

Mas se por um lado o papel do cientista é distinto do papel do político, por outro a ciência tem um valor fundamental na formação intelectual e no desenvolvimento da personalidade do político.

Isto é, o político responsável utiliza a ciência como um meio de conhecer melhor a sua realidade. Esta auxilia na formação do senso de proporção e possibilita uma ação responsável por parte do político.

No entanto além de influenciar no conhecimento técnico do político, a ciência contribui também para a dimensão valorativa da vida política. Ao acreditar na ciência, o político admite o conhecimento científico como um juízo de valor. Ou seja, elege esta verdade como um fim a ser perseguido pela política, julga-a a benéfica. Sobre este ponto Teixeira afirma:

“Esses são os limites da ciência em sua interação com a política e, ao mesmo tempo, sua dimensão ética fundamental: contribuir para a formação da personalidade do político de vocação, sem nunca tomar para si suas realizações.” (Teixeira in Atualidade de Max Weber, p.367)

Bibliografia

Weber, Max. *A política como vocação* in *Ensaio de Sociologia*, Editora: LTC -Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro, 1982.

Weber, Max. *Rejeições religiosas do mundo e suas direções*. in *Ensaio de Sociologia*, Editora: LTC -Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro, 1982.

Teixeira, Carla Costa. *Honra moderna e política em Max Weber*. in *A atualidade de Max Weber*, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

Souza, Jessé. *Acerca do lugar da moralidade na política: Weber, Habermas e a singularidade cultural alemã* in *A atualidade de Max Weber*, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

Diggins, Patrick John. *Max Weber, a política e o espírito da tragédia*. Introdução e cap. 11. Editora: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., Rio de Janeiro, 1999.

Rezende, Daniela Leandro. *Maquiavel Weber e a política* in *Revista Três Pontos*, ano 2, nº 1.